

## RESENHAS

**Teixeira, C. C., & Castilho, S. (2020). *IPEA – Etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos*. Rio de Janeiro: ABA Publicações; AFIPEA. 450 p.**

NATÁLIA ALMEIDA BEZERRA

Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-2919-2013>  
[natalia.almeida.unb@gmail.com](mailto:natalia.almeida.unb@gmail.com)

Definitivamente uma obra de bastante relevância para os estudos das instituições, do fazer antropológico e do desenvolvimento do Estado brasileiro. Assim apresento o livro *IPEA – Etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos*, fruto de uma pesquisa etnográfica com duração aproximada de três anos, realizada nas sedes do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), em Brasília e no Rio de Janeiro, sob coordenação geral de Carla Costa Texeira e coordenação regional de campo de Sergio Castilho e Andrea Lobo - elas docentes de Antropologia da Universidade de Brasília e ele professor de Sociologia. Ao atuarem em conjunto com um grupo de pesquisadoras/es, mostraram aguda perspicácia e habilidade na condução da pesquisa sobre o instituto e na apresentação dos temas e discussões que compõem este premiado livro.

O Ipea consiste em uma fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, entretanto não é um órgão executor de políticas econômicas ou sociais, mas uma instituição que assessora o governo federal em demandas diversas, por meio da utilização de textos/publicações e, especialmente, por meio de notas técnicas – documentos estes muito característicos do instituto, produzidos a partir de pesquisas com base em bancos de dados. Logo, pode-se dizer, conforme o livro, que o trabalho desenvolvido no Ipea visa informar e assessorar o Poder Executivo sobre as possibilidades e caminhos de como equacionar problemas diversos presentes na sociedade brasileira. Criado em 1964, no governo militar, inicialmente chamava-se Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea) e estava ligado à Escola Superior de Guerra (ESG) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Essas vinculações deixaram marcas institucionais e políticas na instituição, sobre as quais o livro faz uma densa análise em capítulo historiográfico.

Como visto, é importante mencionar que os autores se preocuparam em remontar a história institucional do Ipea e, assim, evidenciaram o fato que a instituição foi impactada significativamente pelas mudanças políticas vividas pelo Estado brasileiro, dentre elas o período militar e o processo de redemocratização. Estes percursos históricos ocasionaram ao instituto distintos direcionamentos e inúmeras alterações sobre sua produção técnica, organizacional e presidência, o que contribuiu para

uma das questões primordiais trabalhada pela presente pesquisa etnográfica – frente a tantas mudanças institucionais e políticas em sua história, pode-se falar em um *ethos* institucional compartilhado entre os *ipeanos*? Assim, os autores partem desta discussão, imbricando-se na malha da administração pública, com a intenção de compreender a identificação da personalidade institucional que envolve o Ipea de hoje, o que possibilitaria “subsídio para a construção das bases para o futuro longo, um importante instrumento de gestão da vida cotidiana do Instituto” (:8).

Não apenas a busca por esta resposta torna este livro interessante e assertivo ao que se pretende. A obra contribui também para os estudos da chamada Antropologia das Instituições e sobre as discussões acerca do fazer etnográfico em tela. Os autores realizaram dois movimentos atenciosos para com seus leitores. O primeiro é a apresentação do que chamam de *exercício de reflexão retrospectivo*, que consiste na seleção de abordagens e conceitos deste campo de estudo sobre as instituições, os quais embasam as ideias a serem discutidas pelos capítulos subsequentes. Este resgate conceitual tem por finalidade fazer um apanhado dos principais temas teóricos e metodológicos dos estudos da Antropologia das Instituições, sobretudo a partir dos anos 1990, com o intuito de demarcar a diversidade da produção etnográfica e suas possibilidades de uso. Adiante, o segundo movimento proposto por eles em direção aos seus leitores é o de discutir as especificidades sobre dificuldades e desdobramentos acerca da pesquisa antropológica em instituições do Estado – estas últimas eivadas de poder e controle. Em especial, mencionam as negociações para entrada em campo e as estratégias para acessarem dados e pessoas.

Para atingir tais objetivos, o livro foi dividido em duas partes, com três capítulos cada, além de uma abertura e um epílogo. A primeira parte foi intitulada “Das Pessoas aos Documentos” e trata dos procedimentos etnográficos no desenvolvimento da pesquisa, tais como a entrada em campo, a observação participante e as relações interpessoais ali desenvolvidas, além das questões éticas. Na parte dois, “Dos Documentos às Pessoas”, há uma análise inversa, a qual analisa os documentos produzidos pelo Ipea, quanto a sua elaboração, tipos de notas técnicas, pessoas responsáveis, dentre outras características, a fim de compreender a lógica de sua organização e de suas respostas institucionais, sejam elas para o governo, mídia ou sociedade. Nesta parte também estão o resgate sobre a história do instituto e o debate sobre as principais categorias encontradas na pesquisa, geralmente pertencentes aos procedimentos institucionais – a saber, as categorias *planejamento* e *pobreza*.

O capítulo um tem a missão metodológica de apresentar os desafios de se fazer pesquisa em instituições como o Ipea – uma instituição integrante do Estado brasileiro e com uma história política imbricada. Estas características levaram inicialmente os pesquisadores a compreenderem que desenvolveriam a pesquisa em contextos *up*, ou seja, contextos onde há uma hierarquia de poder ascendente entre pesquisador e pesquisado. Entretanto, não foi o que ocorreu, segundo os autores. Os trabalhadores do Ipea, autodesignados *ipeanos*, se percebem como servidores públicos e também intelectuais/acadêmicos. Este fato propiciou aos pesquisadores a utilização do termo “pesquisa *in between*”, devido à percepção que muitos dos *ipeanos* se viam em certa igualdade com os etnógrafos que ali estavam, muitas vezes deixando a entender que eram conhecedores das técnicas e da produção da escrita empregados pela equipe de antropólogos que os observava. Este fato inesperado suscitou discussões e reflexões éticas e políticas sobre os diversos aspectos de se fazer pesquisa entre pares – entre vantagens

e desvantagens. Assim, há um interessante diálogo neste capítulo sobre como a equipe de cientistas sociais buscou solucionar este fato ou, ao menos, minimizá-lo. De todo modo, fica a lição de sempre estar atento às relações de poder em campo e suas (inesperadas) mudanças, que podem facilitar ou não o empreendimento intelectual pretendido.

O capítulo dois aprofunda a discussão sobre a identidade do Ipea, em suas funções de planejamento, desenvolvimento e assessoria na implantação de políticas públicas. Os funcionários que realizam este papel – os *ipeanos* – são de distintas áreas acadêmicas, formalmente chamados de técnicos de planejamento e pesquisa, mais conhecidos como TPs. Tal diversidade de atividades e de conhecimentos técnicos produz “um campo de disputas e de tensões” (: 110) acerca da verdadeira identidade do instituto. A partir dessa perspectiva, os autores buscaram conhecer a configuração dos valores que estavam sendo disputados, no sentido de mapear “as noções da inserção institucional do Ipea para aqueles que o encarnam” (: 111), o que contribuiu marcadamente para se chegar às formas de identidade do instituto, principalmente à noção de *think tank*.

Assim, tal capítulo evidencia e explica que a instituição se pensa como uma espécie de *think tank* do Estado brasileiro, um “tipo de organização da sociedade civil especializada em produzir e disseminar conhecimento relacionado às políticas públicas” (: 146). A força dessa metáfora, conforme os autores, não está em seu conceito teórico, mas se reflete na busca por um *ethos* institucional, que indica a potencialidade de o Ipea transitar entre distintos campos sociais e de permanecer ao longo do tempo dentro dos poderes estatais. Portanto, pensar-se como um *think tank* seria uma forma de resignificação da relação do instituto com seus interlocutores e também de construção de um lugar *in between*, nas fronteiras e margens do Estado brasileiro.

O capítulo três discorre sobre o processo de produção e de circulação das Notas Técnicas (NT), que são tidas como um dos documentos mais importantes produzidos pela instituição. Espécie de parecer sobre determinado assunto, esse tipo de documento contém dados e informações pontuais, que fazem de uma NT um texto conciso e objetivo para ser entregue como produto final aos órgãos de poder da administração pública. No caso da presente pesquisa, a produção das NTs foi um caminho interpretativo para compreender a lógica interna da instituição sobre sua produção e também identidade, visto que “descrever o processo de produção e circulação de uma *Nota Técnica* também consiste em descrever de que modo as categorias *pesquisa* e *assessoria* se relacionam” (: 177) e se mostram aos campos externos, como sociedade e mídia.

Adiante, na parte dois do livro, o capítulo quatro traça o percurso histórico a partir da origem do Ipea. Como mencionado, os autores relatam as aproximações e os distanciamentos desta instituição com suas predecessoras, o Iseb e a ESG, bem como descrevem as transformações políticas que o instituto passou durante sua história. Assim, por meio da remontagem do conhecimento historiográfico, a presente etnografia buscou conhecer os fatos históricos e políticos para, então, contextualizar os dados etnográficos encontrados, as observações e as categorias institucionais. Esta foi uma estratégia que possibilitou explicar com maior assertividade alguns dos fenômenos atuais que envolvem o instituto.

Ao mencionar possíveis categorias-chave para a identidade e produção do Ipea, os capítulos cinco e seis voltam-se exatamente às construções sobre *planejamento* e *pobreza* no Brasil, respectivamente.

O exercício de tratar de tão valiosas categorias é uma forma de olhar para a formação do Estado brasileiro na busca de compreender como estas categorias foram aplicadas pela instituição e se transformaram em problemas (sociais), os quais dependeriam de um posicionamento do Ipea e das ações de governo. Conforme os autores do livro apontam, a investigação e o esclarecimento perante estas construções conceituais marcaram uma “maneira legítima de se pensar o Brasil” por parte da instituição. De certo modo, o poder simbólico do Ipea estaria contido em sua “capacidade de apresentar em linguagem técnica determinadas dimensões do mundo [...] e assim, constituí-las enquanto *planos e políticas de governo*” (: 384), embasadas, principalmente, nestas duas categorias.

Se os autores partiram da necessidade de compreender o complexo de Cajuína, de Caetano Veloso, “Existirmos. A que será que se destina”, apontado pelos próprios *ipeanos* acerca do instituto, estes mesmos autores voltam a ele quando vislumbram de fato as inúmeras possibilidades de ressignificação desta instituição, o que lhe traz complexidade e, ao mesmo tempo, poder institucional. Neste ínterim, o caso etnográfico do Ipea impulsiona a antropologia a deixar para trás o lugar esperado para as instituições como totalidades rígidas e bem definidas, para buscar, então, adensar o imbricado de relações que se fazem no Estado, nas organizações e nas relações interpessoais. À guisa de conclusão, esta obra não encerra em si todas as discussões possíveis, mas deixa aberto outros caminhos de investigação. Assim, fica mais um convite a leitura atenta e curiosa deste livro.

*Natália Bezerra é doutoranda em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de Brasília e servidora pública.*

RECEBIDO: 24/02/2022

ACEITO: 07/04/2022

PUBLICADO: 27/06/2022



Este é um material publicado em acesso aberto sob a licença *Creative Commons BY-NC*